



(30-04-2026)

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
FAZENDAS DE ALMEIRIM DE TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE
SEIS**

-----Aos trinta dias, do mês de abril do ano de dois mil e vinte seis, no edifício sede da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, e encontrando-se presentes a maioria dos membros que compõem a Assembleia de Freguesia, reuniu esta em sessão ordinária, com o objetivo de dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Um: Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, acerca da atividade da Freguesia, nos termos da alínea e) do número dois do artigo nono da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro. -----

-----Dois: Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano dois mil e vinte cinco. -----

-----Três: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação da primeira revisão orçamental modificativa. -----

-----Quatro: Apreciação, discussão e votação dos aditamentos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e ao Auto de Transferência de Recursos. -----

-----Cinco: Apreciação, discussão e votação da aceitação da doação/cedência gratuita, pela Câmara Municipal de Almeirim, de uma varredoura mecânica da marca Macro Clean. -----

-----Seis: Outros assuntos, de interesse da Freguesia, de acordo com as competências previstas na Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, que altera a Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro e a Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de janeiro. -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia de Freguesia, convocada nos termos legais pela senhora Presidente da Assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa, Sofia Ferreira (Presidente da Assembleia), Sónia Vital (Primeiro Secretário), António Moreira (Segundo Secretário), juntou-se à reunião pelas vinte e uma horas e cinquenta e dois minutos. Na Assembleia, Rui Arsénio, Ivone Ervideira, Vítor Tomé, Fátima Neves, Ana Bento, Aurélia Pintor, Silvestre Amaral, Lina Almeida e Leonor Cardeta. Faltou, Pedro Fitas, legalmente substituído por Maria Pão Mole. O Executivo, Joaquim Pereira (Presidente), Paulo Henriques (Secretário), Ana Libério (Tesoureiro), João Alves (Vogal) e Elisa Silva (Vogal).

-----Sendo vinte e uma horas e trinta minutos, a senhora Presidente declarou aberta a sessão. -----

-----PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----De acordo com o estipulado no número um do artigo quarenta e oito da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, inscreveram-se para falar do final da sessão os cidadãos Paulo Ganhão, para falar de problemas na Rua Manuel Dias Castelo, Luis Silva, igualmente para falar de problemas na Rua Manuel Dias Castelo e Nuno Corvina com assuntos relacionados com dúvidas tidas no decorrer da reunião. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Muito boa noite a todos, declaro então aberta esta sessão da Assembleia de Freguesia, temos aqui alguns pontos a discutir antes da ordem de trabalhos, vamos começar pela discussão e votação da Ata da sessão anterior nos termos do artigo vinte cinco, número um, alínea a) do nosso regimento, dizer duas coisas, lembrar que quem não esteve na sessão da Assembleia de Freguesia anterior, deve abster-se na votação desta Ata e depois gostava de dar aqui duas notas, vamos votar esta Ata com as seguintes retificações, na página um, onde se lê, Catarina Cardeta, deve ler-se Leonor Cardeta e na página dois, quando diz, senhora Presidente da Assembleia no âmbito da alínea c), do nosso regimento, é alínea c), do número um do artigo vinte cinco. -----

-----Em relação à redação da Ata alguém tem alguma questão, ou algum comentário? Não havendo passamos à votação. -----

-----Posta à votação, a Ata da sessão de doze de dezembro de dois mil e vinte seis foi aprovada por maioria com dez votos a favor e duas abstenções (Maria Pão Mole e Lina Almeida). O deputado António Moreira ainda não estava presente. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Vamos passar então para os assuntos seguintes, antes ainda da ordem de trabalhos, portanto temos aqui no âmbito da alínea c) do número Um do artigo vinte cinco, temos aqui, voto de pesar, voto de saudação, voto de congratulação e outro voto de saudação, eu começaria pelo voto de pesar, se vos parecer bem. Todas propostas do Partido Socialista. Vou passar a ler, voto de pesar pelo falecimento de Dona Leonor Roxo: O grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento da D. Leonor Maria Simões Neto David Roxo ocorrido no passado dia vinte e oito de abril, aos oitenta e sete anos. Figura dedicada e comprometida com a causa pública, a D. Leonor Roxo deixou um legado marcante na nossa freguesia, fruto do seu trabalho, empenho e sentido de missão enquanto membro do executivo da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim. O seu contributo foi essencial para o desenvolvimento e bem-estar da nossa comunidade, sendo recordada com respeito, gratidão e admiração. Neste momento de dor e consternação, o grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim endereça à família, amigos e a todos os que com ela privaram as mais sentidas condolências. Que a sua memória e o seu legado permaneçam vivos entre nós. O grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia. -----

-----Pergunto se alguém se opõe ou abstém ao voto de pesar? Foi então aprovado por unanimidade (doze votos, o Deputado António Moreira ainda não estava presente). -----

-----Sugeria também fazermos um minuto de silêncio se toda a gente concordar? Muito obrigada a todos. -----

-----Sr. Presidente da Assembleia: Vamos passar para as próximas propostas do partido Socialista, um voto de saudação relativo ao Vinte Cinco de Abril, cinquenta e dois anos de liberdade, vai ler o Deputado Rui Arsénio: A Revolução dos Cravos constitui um dos pilares fundamentais da identidade nacional e o marco maior da história contemporânea de Portugal. Foi a vinte cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro que o povo português, unido aos militares, recuperou a liberdade, resgatando o país de décadas de ditadura, censura e isolamento. Nesta data, o grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim evoca com profundo respeito e orgulho o exemplo daqueles que, com coragem e determinação, mudaram o rumo da nossa história. Celebrar o "Dia da Liberdade" na nossa terra é, acima de tudo, honrar o espírito solidário das nossas gentes e reconhecer que a democracia se constrói na proximidade, na participação cívica e no respeito pelo próximo. A conquista de abril deu-nos o direito à palavra, à escolha e à construção de um Portugal mais justo. Contudo, cabe-nos recordar que a democracia exige um compromisso diário. É nossa responsabilidade coletiva preservar, honrar e transmitir estes valores às futuras gerações, garantindo que os cravos da liberdade continuem a florescer no nosso quotidiano. Assim, o grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim, propõe à Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim, reunida a trinta de abril de dois mil e vinte seis: Saudar as celebrações do Vinte Cinco de Abril, reafirmando o compromisso inabalável desta autarquia com os valores democráticos. Homenagear todos os homens e mulheres que lutaram pela liberdade e pelo progresso social da nossa comunidade e do país. O grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Alguém se opõe ou abstém a este voto de saudação? Não? Aprovado então por unanimidade. -----

-----Sr.^a presidente da Assembleia: Passando então ao próximo voto de saudação, do Primeiro de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, vai ler a Deputada Fátima Neves: O grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim saúda todos os trabalhadores e trabalhadoras da Freguesia, do Concelho, do país e do mundo, assinalando o Primeiro de Maio, Dia Internacional do Trabalhador. O dia um de maio assinala a luta histórica iniciada em Chicago, em mil oitocentos e oitenta e seis, pela jornada de oito horas de trabalho, sob o lema "oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de descanso". Em Portugal, a celebração do Primeiro de Maio de mil novecentos e setenta e quatro foi a primeira grande manifestação em liberdade após a revolução de vinte cinco de abril, simbolizando a conquista de direitos

fundamentais e o fim da repressão sindical. O trabalho digno é o pilar central da justiça social, da democracia e do progresso económico de qualquer comunidade. Persistem desafios significativos no mundo laboral, nomeadamente o combate à precariedade, a defesa de salários justos face ao custo de vida e a conciliação entre a vida profissional e familiar. O grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim, reunido em trinta de abril, delibera: Saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras da Freguesia pelo Dia Internacional do Trabalhador. Reafirmar o compromisso com a defesa e valorização dos direitos laborais. Manifestar preocupação face a eventuais alterações legislativas que possam representar um retrocesso no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Incentivar a promoção de políticas locais que valorizem o emprego digno, reforcem a justiça social e combatam a precariedade. O grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Alguém se opõe ou abstém, relativamente a este voto de saudação? Não? Encontra-se então também aprovado por unanimidade. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Vamos então ao último ponto antes da ordem de trabalhos, um voto de congratulação, vai ler o Deputado Vítor Tomé: O grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim congratula a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Paço dos Negros pela conquista, no passado dia vinte cinco de abril, da Taça Fundação INATEL Santarém, dois mil e vinte cinco, dois mil e vinte seis, alcançando um feito de elevado mérito desportivo que muita honra a associação, a freguesia e todo o concelho. Esta conquista espelha o trabalho, a dedicação e o espírito de equipa, de atletas, equipa técnica e direção. Ao elevarem com brio o nome de Paço dos Negros e da nossa freguesia, reafirmam o valor do esforço coletivo. Que este marco preceda um ciclo de sucessos contínuos e perdure como fonte de inspiração para toda a comunidade. Num dia de profundo significado para a nossa democracia, como é o vinte cinco de abril, esta vitória assume ainda um simbolismo acrescido, evocando valores como a união, a participação e o esforço coletivo. O grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Muito obrigada, alguém se opõe ou abstém a este voto de congratulação? Não? Também aprovado por unanimidade. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----Um: Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, acerca da atividade da Freguesia, nos termos da alínea e) do número dois do artigo nono da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro. -----

-----Sr. Presidente da Assembleia: Vamos então passar à ordem do dia, dizer só, que está a faltar o Deputado Pedro Fitas e está a ser substituído pela Deputada Maria Pão Mole. Vamos então passar ao ponto um da ordem de trabalhos, apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, acerca da atividade da Freguesia. Este documento não é

votado, mas se tiverem algum comentário, ou alguma questão relativamente a algum dos pontos da informação escrita por favor digam. Alguém tem algum comentário? Não? Passamos então ao ponto dois. -----

-----Dois: Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano dois mil e vinte cinco. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Ponto dois, apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e vinte cinco, começamos então por questões, inquietações, comentários? -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: A listagem dos bens do imobilizado, faz parte da prestação de contas? -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Sim os mapas de prestação de contas incluem a listagem dos bens do imobilizado. -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Aqui nesta primeira página, temos aqui, descrição, computadores, quatro mil cento e sessenta e seis euros e trinta, impressoras, depois temos aqui, telemóveis, três mil, quatrocentos e trinta e dois, trinta e sete, pronto, aqui nós não conseguimos saber exatamente a que bem, não sabemos quantas impressoras a Junta tem, não sabemos quantos telemóveis a Junta tem, se são telemóveis que custam cem euros, ou se custam quinhentos ou seiscentos, não conseguimos saber? -----

-----Dr. José Luis da JNB: Não é possível, consultando o mapa. -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Acho que seria útil, a recomendação de uma próxima vez se juntasse um documento a especificar estes bens. Relativamente também aqui a outros equipamentos, gostaria de perguntar se o imobilizado da Junta, se está inventariado e de que forma é que está inventariado? -----

-----Dr. José Luis da JNB: Portanto, esta é a listagem dos bens do imobilizado, todos os bens que pertencem à autarquia, estão aqui, embora isto seja um mapa síntese com quatro páginas, onde eles estão agregados por códigos. Os bens estão todos inventariados, fazem parte de um sistema informático próprio, de onde é retirado este mapa que obrigatoriamente tem que ser apresentado na Assembleia de Freguesia e depois também ao Tribunal de Contas. -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Eu consigo saber, por exemplo, se os bens estão sinalizados com um número ou uma letra? -----

-----Dr. José Luis da JNB: Os bens todos, no sistema informático têm um número, cada bem tem um número próprio e depois têm uma etiqueta. Quanto aos telemóveis o facto de não terem valor contabilístico, por estarem amortizados, não invalida que não tenham que vir aqui na mesma, eles só deixam de constar aqui, se porventura houver uma comunicação a dizer, atenção que este bem foi vendido, foi perdido, foi furtado, ou tivemos que o entregar na sucata, por exemplo, só aí é que ele é abatido, só nessas condições. Na altura em que ele é abatido, nós temos que produzir um documento, que é o auto de abate, em que temos que justificar, até para efeitos de inspeção, porque é que o bem saiu. -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Depois aqui no final, na última página, tem aqui umas descrições que diz, por exemplo, dois mil e um a três mil, setenta e um mil

setecentos e e setenta e sete, cinquenta e nove euros, eu não consigo perceber a que é que corresponde aqui estas descrições, porque há várias e os valores são consideravelmente elevados. -----

-----Dr. José Luis da JNB: Isto são viaturas, obviamente, isto para nós técnicos, olhamos para isto e percebemos o que é, é que esses dois mil e um a três mil é a cilindrada das viaturas, também não sei quantas viaturas de cor, isso só consultando lá no nosso sistema informático. -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Depois em relação aqui às habitações sociais, isto é a mesma coisa, este é o valor patrimonial? -----

-----Dr. José Luis da JNB: Não, é o valor de aquisição, embora possa ser, eu já não me recordo, porque isso é mesmo muito antigo, portanto teria que recuar para aí uns vinte anos talvez, a regra no caso dos imóveis é, conhecendo-se o valor de aquisição, é por esse valor que deve ser inventariado o bem, não se conhecendo, porque às vezes havia coisas muito antigas, então é o valor patrimonial. -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Depois relativamente aqui às florestais, três milhões e trezentos mil, isto é relativo à Herdade, isto é relativo à avaliação, ao valor que foi adquirido, é isso? -----

-----Dr. José Luis da JNB: Este bem também não foi inventariado por nós no inventário inicial, mas foi feita uma avaliação na altura, vou falar um pouco de cor, isto foi no tempo do Dr. João Rui Evangelista e eu sei que na altura contrataram uma empresa que fez esse inventário inicial e na altura foi feita uma avaliação da Herdade, porque certamente também já não tinham documentos da compra e portanto foi por esse valor que foi inventariado, o que se mantém até à data de hoje. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Mais ninguém tem dúvidas, ou algum comentário, relativamente aos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e vinte cinco? Não? Vamos proceder à votação. -----

-----Postos à votação os documentos de prestação de contas do ano de dois mil e vinte cinco, foram aprovados por maioria com nove votos a favor (Grupo do PS e Deputada Ana Bento) e quatro abstenções (Grupo do Partido Chega). -----

-----Três: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação da primeira revisão orçamental modificativa. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Vamos então ao ponto três da ordem de trabalhos, apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação da primeira revisão orçamental modificativa. Alguém tem alguma dúvida, algum comentário, que queira pôr não só aos senhores contabilistas, mas também à Junta de Freguesia, ao Executivo? Não? Vamos então proceder à votação. -----

-----Posta à votação a proposta de aprovação da primeira revisão orçamental modificativa, foi aprovada por maioria com nove votos a favor (Grupo do PS e Deputada Ana Bento) e quatro votos contra (Grupo do Partido Chega). -----

-----Declaração de voto de vencido da Sr.^a Aurélia Pintor (Grupo do Partido Chega): Senhora Presidente, senhoras e senhores membros da Assembleia de

Freguesia. A análise desta revisão orçamental número um para dois mil e vinte seis deixa-nos uma conclusão clara, este é um documento de gestão corrente, não é um documento de visão política. E essa é, para nós, a principal fragilidade deste orçamento. O Executivo apresenta-nos uma revisão tecnicamente organizada, contabilisticamente arrumada e formalmente correta. Mas a Freguesia não se governa apenas com mapas equilibrados e rubricas preenchidas. Governa-se com prioridades, com escolhas e com ambição política. E é precisamente isso que falta neste documento. O que este orçamento nos mostra, com bastante clareza, é uma Junta concentrada em manter a máquina a funcionar, pagar salários, suportar encargos, assegurar serviços, manter estruturas, cumprir rotinas. Tudo isto é necessário, ninguém o contesta. Mas governar não é apenas garantir funcionamento. Governar é decidir para onde se quer levar a Freguesia. E essa resposta não está aqui. O que encontramos é um orçamento muito concentrado na manutenção da estrutura e muito pouco orientado para a transformação da Freguesia. Há despesa. Há funcionamento. Há gestão. Mas falta direção política. Este não é um orçamento de mudança. É um orçamento de continuidade administrativa. E isso vê-se em praticamente todo o documento. Vê-se no peso da despesa corrente, que domina claramente a estrutura orçamental. Vê-se no peso da máquina administrativa. Vê-se no volume de encargos de funcionamento. Vê-se no facto de grande parte dos recursos estarem comprometidos com o normal funcionamento da Junta e não com uma estratégia clara de melhoria da vida da população. A Junta assegura a máquina. O problema é que a Freguesia precisa de mais que uma máquina a funcionar. Precisa de visão. Quando olhamos para este orçamento, o que encontramos não é uma definição clara de prioridades políticas. Encontramos isso sim, uma dispersão de pequenas verbas por múltiplas rubricas, em múltiplas áreas, sem escala suficiente para produzir verdadeiro impacto. E este é um dos problemas centrais deste documento. Há dinheiro distribuído por todo o lado, mas não há uma aposta clara em quase nada. Há pequenas verbas para muitas coisas, mas não há uma estratégia forte para as áreas que mais impacto têm na vida da população. E isso é particularmente evidente em áreas que deviam ser centrais. Na área da educação, cultura, desporto e recreio, por exemplo, o que vemos não é uma política publica robusta. Vemos uma soma de pequenas despesas, dispersas por várias rubricas, sem massa critica, sem foco e sem estratégia clara de dinamização comunitária. Numa área que devia ser central para a coesão social, para a juventude, para o envelhecimento ativo, para o associativismo e para a vida comunitária, o que este orçamento apresenta é uma lógica de pequenas parcelas e não uma verdadeira política de proximidade. Onde devia haver visão social e comunitária, há apenas gestão avulsa. Também noutras áreas o padrão se repete. No posto dos CTT, por exemplo, não está em causa a utilidade do serviço. O que está em causa é outra coisa, qual é o modelo de sustentabilidade? Qual é o custo-benefício? Que avaliação foi feita da sua eficiência? Manter um serviço não basta. É preciso saber se ele está a ser gerido com racionalidade e

com sustentabilidade. O mesmo se aplica à rubrica da Herdade. Estamos perante uma verba com peso orçamental relevante, mas sem o mesmo grau de clareza política. Qual é a estratégia? Qual é o retorno? Qual é a rentabilidade? Qual é o plano de valorização? Onde estão os resultados proporcionais ao peso financeiro que esta rubrica representa? Uma verba com este peso exige transparência política proporcional. É precisamente isso que não encontramos. O que encontramos, uma vez mais, é um orçamento que distribui recursos sem apresentar com clareza o retorno estratégico dessa distribuição. E é esse o problema de fundo deste documento. Este Executivo não governa por prioridades. Governa por dispersão. Distribui verba por muitas áreas, mantém serviços, assegura funcionamento, cobre necessidades corrente, mas evita fazer escolhas políticas claras e assumir prioridades inequívocas. E quando um orçamento evita prioridades, o que revela não é equilíbrio. É falta de visão. Porque governar é escolher. E neste documento o Executivo escolhe não escolher. Escolhe distribuir em vez de priorizar. Escolhe manter em vez de transformar. Escolhe gerir em vez de liderar. E essa é a diferença essencial. Ninguém nega que a Junta tem de funcionar. Mas uma Junta não existe apenas para funcionar. Existe para melhorar a vida das pessoas. Existe para definir prioridades. Existe para liderar o desenvolvimento da Freguesia. E aquilo que este orçamento nos mostra é um Executivo capaz de manter a estrutura, mas sem a mesma capacidade para apresentar uma visão clara para o futuro de Fazendas de Almeirim. Este orçamento não falha por falta de despesa. Falha por falta de prioridade. Há dinheiro distribuído por todo o lado. Mas não há foco. Não há escala. Não há ambição. E uma Freguesia não se transforma com dispersão. Transforma-se com visão, com coragem política e com prioridades claras. É isso que falta neste orçamento. E é por isso que, politicamente, ele fica muito aquém do que Fazendas de Almeirim Precisa. -----

-----Quatro: Apreciação, discussão e votação dos aditamentos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e ao Auto de Transferência de Recursos. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Vamos então passar ao ponto quatro da ordem de trabalhos, salientava só, apesar de ser um ponto, há aqui dois documentos, portanto, apreciação, discussão e votação dos aditamentos ao contrato interadministrativo de delegação de competências, isto é um documento e ao auto de transferência de recursos, é outro documento. Vou só ler aqui a alteração principal, os considerandos são parecidos, portanto o primeiro aditamento, ao contrato Interadministrativo de delegação de competências, de acordo com este contrato, constam várias competências delegadas na Junta de Freguesia, competências essas dos domínios dos interesses próprios das populações da Freguesia, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto à comunidade local. Portanto, um aumento generalizado dos preços decorrentes não só do conflito armado na Ucrânia, como nos conflitos no Médio Oriente, leva a que o exercício das referidas

competências, tenha um custo mais elevado. As partes reuniram, tendo chegado a acordo de modo que passe a vigorar em dois mil e vinte seis, as alterações previstas no primeiro aditamento. As alterações estão essencialmente no artigo primeiro, no fundo, há um aumento das verbas, de conservação e manutenção das vias municipais, transportes escolares, apoio no almoço anual, apoio nos festejos do Vinte Cinco de Abril, festejos anuais da Freguesia. Vamos votar um aditamento de cada vez. Alguém se opõe à votação por minuta? Vamos então votar. -----

-----Posto à votação o aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências, foi aprovado por maioria com nove votos a favor (Grupo do PS e a Deputada Ana Bento) e quatro votos contra (Grupo do Partido Chega). –

-----Sr. Presidente da Assembleia: O segundo aditamento é referente ao auto de transferência de recursos, nos termos da clausula primeira deste auto, foram transferidos para a Junta de Freguesia, recursos humanos, patrimoniais e financeiros, necessários ao exercício das competências nos domínios da manutenção e gestão de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas. A mesma questão, aumento generalizado dos preços, acréscimo de custos. A Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim considerou necessário o ajustamento dos meios financeiros disponíveis e as partes acordaram proceder à alteração do auto de transferência, de forma a atualizar o montante da transferência financeira, passando a vigorar a partir de um de junho de dois mil e vinte seis as alterações previstas. -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Posso só questionar? Por exemplo, esta gestão e manutenção dos espaços verdes cinquenta e cinco mil e oitocentos euros anual e as limpezas de vias e espaços públicos, sarjetas, etc. Portanto aqui na primeira, gestão e manutenção de espaços verdes, quatro mil seiscientos e cinquenta euros por mês, eu gostaria de saber, este valor é especificamente para quê? -----

-----Sr. Presidente da Junta: É gasto em material, pessoal, empresas contratadas para fazer os trabalhos, combustíveis e outras despesas. -----

-----Sr.^a Lina Almeida: Verificou-se o ano passado, nas contas que realmente os valores gastos nos espaços verdes em contratações de outras empresas, que realmente é um valor mensal muito elevado, não seria compensatório, colocar-se mais pessoal a trabalhar direcionados nessa área em vez de estarmos a contratar empresas de fora? -----

-----Sr. Presidente da Junta: Os custos inerentes a contratar pessoal, estamos a falar em segurança social, seguros, férias, subsídio de férias, décimo terceiro mês, é tudo isso que um funcionário traz. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Passamos então à votação. -----

-----Porto à votação, o aditamento ao auto de transferência de recursos foi aprovado por maioria com nove votos a favor (Grupo do PS e a Deputada Ana Bento) e quatro votos contra (Grupo do Partido Chega). -----

-----Declaração de voto de vencido da Sr.^a Aurélia Pintor (Grupo do Partido Chega): Senhora Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Junta, senhoras

e senhores membros da Assembleia. Os documentos hoje submetidos à apreciação desta Assembleia, o aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências e o aditamento ao auto de transferência de recursos exigem análise séria, rigorosa e politicamente responsável. O partido Chega entende que esta matéria não pode ser tratada como uma mera formalidade administrativa, nem como um simples ajuste técnico entre o Município e a Junta de Freguesia. O que está verdadeiramente em causa é uma revisão de competências, de encargos e de verbas públicas. E quando se fala de competências, de recursos e de dinheiro dos contribuintes, o papel da oposição não é a complacência. É o escrutínio. É a fiscalização. É a exigência de responsabilidade. É isso que o Partido Chega aqui vem fazer. O Executivo apresenta estes aditamentos como uma atualização justificada pelo aumento dos custos, pela inflação e pelo encarecimento generalizado dos serviços. Mas a questão política essencial não é essa. Sempre que os custos aumentam, a única resposta do executivo é transferir mais dinheiro? É essa a pergunta que importa fazer. O Partido Chega não ignora o contexto económico. Não ignora o aumento dos combustíveis. Não ignora o aumento dos custos operacionais. Não ignora a pressão inflacionista que afeta as autarquias. Mas aquilo que o Partido Chega recusa é a lógica automática de que sempre que os custos sobem, a única solução é reforçar verbas, sem que antes exista uma avaliação séria da gestão, da eficiência e do controlo da despesa. Antes de se pedir mais dinheiro ao contribuinte, há perguntas que têm de ter resposta. O que foi feito para reduzir custos? Que medidas de eficiência foram adotadas? Que desperdícios foram eliminados? Que racionalização de meios foi feita? Que ganhos concretos de gestão resultaram desta delegação de competências? Nada disto é demonstrado nos documentos que hoje nos são apresentados. Pede-se mais dinheiro. Mas não se demonstra melhor gestão. É esse o problema central. Mais grave ainda, o Executivo afirma, por um lado, que os custos aumentaram significativamente e por outro, sustenta que este modelo não aumenta a despesa pública global e até melhora a eficiência. Ora, estas duas afirmações não podem coexistir sem prova. Se os custos aumentaram e se agora é necessário reforçar verbas, então a despesa aumentou. E se a despesa aumentou, então o Executivo tem o dever de demonstrar, com dados objetivos e não com formulações políticas, onde os ganhos de eficiência que invoca. Onde está o relatório comparativo? Onde estão os indicadores de desempenho? Onde está a avaliação de execução? Onde está a prova de que este modelo é mais eficiente e mais económico para o contribuinte? Não existe. E sem essa demonstração, a invocação da eficiência não passa de uma afirmação política sem sustentação técnica. Este é, alias o problema de fundo destes documentos. Há reforço de verbas. Mas não há métricas de desempenho. Há aumento de financiamento. Mas não há avaliação de resultados. Há reforço de encargos. Mas não há demonstração objetiva de melhoria de serviço prestado. A Assembleia é chamada a aprovar mais despesa sem que lhe seja apresentado um relatório de execução, um balanço de desempenho, um

mapa de desvios, uma comparação entre custo previsto e custo real, ou qualquer prova concreta de ganhos de eficiência. E isso não é aceitável. Uma Assembleia responsável não pode deliberar sobre reforço de despesa pública com base em presunções, intenções ou fórmulas administrativas. Tem de deliberar com base em factos. Com base em números. Com base em resultados. O que o Executivo está aqui a tentar normalizar é uma prática errada e financeiramente perigosa. Sem auditoria. Sem avaliação séria. Sem escrutínio robusto. O Partido Chega rejeita essa lógica. O dinheiro público não pode ser tratado como um mecanismo automático de compensação da ineficiência, da ausência de controlo ou da falta de reforma administrativa. O Partido Chega não está contra reforçar meios quando isso é necessário. O Partido Chega não está contra garantir à Junta os recursos adequados ao exercício das suas competências. O Partido Chega não está contra a transferência de competências. O que o Partido Chega exige é transparência. É prestação de contas. É Prova de eficiência. É Controlo do desperdício. É respeito pelo dinheiro dos contribuintes. Mais dinheiro público exige mais escrutínio público. Essa é a posição responsável. Essa é a posição séria. Essa é a posição do Partido Chega. O problema não está apenas no reforço da verba. O problema está no facto de o Executivo pedir mais dinheiro sem provar melhor gestão. E sem essa prova, o que se pede a esta Assembleia não é uma deliberação responsável. É um ato de confiança política. E o Partido Chega Não está aqui para passar cheques em branco. Está aqui para fiscalizar. Está aqui para exigir contas. Está aqui para defender o interesse público e o dinheiro dos contribuintes. É por isso que o Partido Chega entende que estes documentos, tal como nos são apresentados, não estão politicamente suficientemente fundamentados para merecer aprovação sem reservas. -----

-----Sr. Presidente da Junta: Eu não acredito que os quatro elementos do Partido Chega se limitem a andar na estrada principal, principalmente ali o Silvestre, deve conhecer as Fazendas de uma ponta à outra, eu convido-vos a virem connosco a verem os quilómetros de estradas de terra, particulares, acessos particulares a propriedades, que já foram feitos. Não vos vi preocupados, não recebi um telefonema dos membros do Partido Chega a procurar se precisávamos de ajuda. Quando veio a Kristin, o António, o Manuel, o Joaquim, às quatro da manhã andávamos todos aqui assim, não vos vi cá, nem vos vi a procurar se era preciso alguma coisa, eu convido-vos a virem connosco verem os quilómetros de estrada que foram abertos para as propriedades e os que ainda estão por fazer, aí está o aumento da despesa, o gasóleo gasto. -----

-----Sr. Silvestre Amaral: Isso passou-se na antiga presidência, abriram as valas, mas as valas estavam danificadas da antiga presidência, vocês abriram, porque vocês já cá estavam, portanto fizeram um trabalho que eles antes de virem as chuvadas, deviam ter aberto. -----

-----Sr. Presidente da Junta: Eles, proprietários. O que nós andámos a fazer, foi a limpar valas dos próprios proprietários e nem posso fazer isso, agora

aquelas estradas todas em Paço dos Negros, na Serra e Marianos de acessos a vias particulares e a vinhas, a terrenos, vão ver o que já foi feito. -----

-----Sr. Silvestre Amaral: Tenho visto, mas também tenho visto muita coisa que não devia ser feito, como tem sido feito, andar ali a máquina a roçar a erva e a erva ficar dentro da vala, imagina se algum dia vem uma enxurrada, o que é que se vai passar? -----

-----Sr. Presidente da Junta: Eu procurei, se podia chegar aqui nesta Assembleia e que fosse a Assembleia a aprovar, se me dava autorização depois de trinta dias de serem notificados, a Junta atuar e depois passar a fatura? Não podemos estar a concorrer com privados. -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Quim, ainda respondendo aqui à questão que colocaste, é assim, eu não sabia, portanto eu também não fui convocada para participar em nada, nem para ajudar em nada, eu fui agora eleita, é a primeira vez que estou em contacto com a política, não ando aqui nem há dez, nem há cinco, nem há trinta anos, portanto isso é uma questão que me passa ao lado, porque eu não sabia que tinha esse dever e até acho que não tenho esse dever, porque o Executivo não é o Chega, mas poderia ajudar sim, mas se soubesse e tivesse conhecimento, que vocês é que são contactados e vocês é que estão em cima do acontecimento, só para dar esta nota. -----

-----Sr.^a Lina Almeida: O que eu estava a tentar explicar, não estamos aqui a criticar uma situação apenas, estamos a falar aqui do problema das estradas, que sabemos que existe, mas estamos a falar por exemplo, que, era o que eu estava a falar há pouco, o dinheiro que é gasto por exemplo nas zonas verdes, o dinheiro que é gasto na Herdade, se fôssemos tentar recuperar algum dinheiro desse, para se colocar funcionários na Junta, que ganham o ordenado mínimo e é uma coisa admira-me imenso, colocássemos as pessoas realmente, porque há falta de trabalho aqui na nossa zona, eu não consigo entender como é que a Junta tem tão poucos funcionários e a pagar tão mal e depois vai-se dar tanto dinheiro a empresas de jardins e enfim, é a minha opinião. -----

-----Cinco: Apreciação, discussão e votação da aceitação da doação/cedência gratuita, pela Câmara Municipal de Almeirim, de uma varredoura mecânica da marca Macro Clean. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Vamos então passar ao ponto cinco da ordem de trabalhos, relativo à varredoura mecânica da marca Macro Clean, como é um documento relativamente pequeno, vou tentar ler, vou só passar à frente os chavões legais. É uma cedência gratuita, considerando por deliberação da Assembleia Municipal de Almeirim, em vinte seis de junho de dois mil e vinte cinco, foi aprovada a entrega à Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim de uma varredoura mecânica da marca Macro Clean. A Câmara Municipal de Almeirim solicitou a remessa da deliberação da Assembleia de Freguesia, quanto à aceitação da referida varredoura mecânica. Compete à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário, bem como aceitar doações e cedências

gratuitas de bens móveis. Em reunião de Junta de Freguesia realizada em três de dezembro de dois mil e vinte cinco, o Executivo, deliberou propor à Assembleia de Freguesia a aceitação da cedência gratuita pela Câmara Municipal de Almeirim de uma varredoura mecânica da marca Macro Clean e a autorização para a prática dos atos necessários à respetiva receção e utilização, nestes termos e ao abrigo das disposições legais referidas, a Junta de Freguesia propõe que a Assembleia de Freguesia delibere o seguinte: Aceitar a doação de cedência gratuita pela Câmara Municipal de uma varredoura da marca Macro Clean, nos termos da deliberação da Assembleia Municipal de Almeirim de vinte seis de junho de dois mil e vinte cinco. Autorizar a Junta de Freguesia a praticar todos os atos materiais e formais necessários à receção, registo patrimonial, manutenção e utilização da referida varredoura mecânica, bem como a sua afetação aos serviços operacionais da Freguesia. Determinar que a varredoura mecânica ora aceite seja integrada no inventário e património da Freguesia em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis. E depois propomos também a apresentação da presente deliberação em minuta e que a Assembleia delibere também em minuta, para imediata produção de efeitos. Vamos então proceder à votação. -----

-----Posta à votação a proposta de aceitação de uma varredora da marca Macro Clean, pela Câmara Municipal de Almeirim, foi aprovada por maioria com nove votos a favor (Grupo do PS e Deputada Ana Bento) e quatro abstenções (Grupo do Partido Chega). -----

-----Seis: Outros assuntos, de interesse da Freguesia, de acordo com as competências previstas na Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, que altera a Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro e a Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de janeiro. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Vamos então passar ao ponto seis da ordem de trabalhos, outros assuntos de interesse da Freguesia, vamos começar pela Assembleia, de algum dos membros da Assembleia tem alguma questão, algum assunto de interesse da Freguesia que queira trazer? -----

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Só queria fazer duas questões, de acordo com aquilo que tínhamos falado na última Assembleia, se já foi dado algum conhecimento à Câmara Municipal, alguma nota sobre as câmaras de videovigilância, como tínhamos falado aqui, porque já houve outros atos de vandalismo no Campo do Sporting, e em relação também à habitação social, se já foi falado também alguma coisa em relação a esse assunto? A que título é que as casas estão a ser ocupadas? -----

-----Sr. Presidente da Junta: As Câmaras de videovigilância, a Câmara, ela própria é que está a tentar fazer para Almeirim, com um projeto teste. As habitações sociais, nós iniciámos o processo para perceber a situação, com o advogado das Junta. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrado o período da ordem do dia. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Encerrada a ordem do dia, deu-se início ao período destinado ao público onde irão intervir os cidadãos que se inscreveram para o efeito no início da sessão. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Vamos então passar às intervenções do público por ordem de inscrição. -----

-----Sr. Paulo Ganhão: Boa noite, sou realmente morador na Rua Manuel Dias Castelo, recentemente, tenho três anos cá, queria-vos agradecer desde já a vossa coragem por abraçarem este mandato autárquico, é muito fácil falar, mas quem assina e quem se expõe às situações como vós, só durante o mandato é que vão ter consciência daquilo que abraçaram, da coragem que tiveram, porque eu sei bem que não é fácil, posto isto, eu queria agradecer também ao Executivo, principalmente ao senhor Presidente, como o Presidente referiu à pouco, sempre esteve disponível para todas as situações na Freguesia, inclusive na Rua Manuel Dias Castelo, a verdade é que aquilo que aconteceu nestas intempéries, ninguém prevê este tipo de situações, mas o que é certo, é que elas aconteceram e a verdade é que eu agradeço a todos os eleitos e há pouco ouvi aqui uma intervenção, que eu peço desculpa, mas tenho que lhe dizer com frontalidade e espero que não me leve a mal, todos os eleitos têm responsabilidade de estar na rua, é o meu entendimento, isto porquê? Porque ao abraçar este mandato autárquico, todos têm a sua responsabilidade, o senhor Presidente tem a responsabilidade de atender o telefone, a verdade é que atende sempre, até a horas que não são nada convidativas, mas temos que agradecer, porque tanto o Presidente, como o restante Executivo, estiveram sempre connosco, numa situação complicada, a verdade é que não acontecia há dezassete anos, que é inundações, o que é certo é que aconteceram, posto isto, temos ali uma situação complicada, percebo perfeitamente as limitações da Junta de Freguesia em termos orçamentais para a resolução do assunto, percebo também as limitações do Município em termos de limitações orçamentais, e porque isto deve ser encadeado, primeiro deve ser o Governo a delegar no Município as competências e depois o Município delegar também nas Juntas de Freguesia essas competências. E posto isto, o senhor Presidente já me disse em reunião, que não é fácil intervir naquele local, porque estamos a falar de infraestruturas com um valor significativo. Em relação ao Município, como fui militar, entendo que devemos respeitar uma hierarquia, primeiro devíamos vir à Junta de Freguesia, que é a primeira instância, que tem contacto com a população, posto isto a seguir a seguir à Junta de Freguesia vou-me dirigir ao Município, sabendo da situação que temos neste momento, estamos a falar de canais de água, houve ali estragos significativos, eu, não me entrou água em casa, tenho que agradecer ao Executivo e ao senhor Presidente, que disponibilizou sacos de areia, parecia que estávamos num clima de guerra, porque efetivamente a água entrando-me em

casa. Venho aqui expor o assunto, agradeço a vossa atenção para o mesmo, sabendo que não é um assunto de resolução fácil, mas aproveitar este tempo agora mais benéfico, para arranjar ali uma solução, não que seja uma solução de fundo, mas que seja uma solução possível para evitar novamente inundações. --

-----Sr.^a Aurélia Pintor: Aqui em relação ao que o senhor disse, claro que eu sei que nós, os eleitos, temos o dever de estar no terreno, mas não temos o mesmo dever que o Executivo. Está aqui o Quim que não me viu às três da manhã, ou que não me viu isto, ou que não me viu aquilo, claro que eu tenho que dizer que não fui convocada para tal, é só isso que eu quis dizer há pouco. E também na sequência do que o senhor estava aqui a dizer, eu também tive uma inundação, entrou-me água em dentro de casa, tive até oportunidade de mostrar ao Quim, tive um prejuízo de quase dez mil euros, não foi necessário chamar o Presidente da Junta porque o meu marido também é militar e também conseguimos chamar os bombeiros, que foram muito rápidos e foram-nos lá ajudar e também compreendo aqui a situação que o senhor estava a dizer e sei que isto não é normal acontecer, é devido aqui às alterações climáticas e também consigo ter a perceção que o Quim é um presidente presente e que está a cumprir adequadamente o mandato, eu vejo, porque eu vejo-o em todo o lado, coisa que não acontecia com o anterior Presidente, portanto agora nós fazemos o nosso trabalho, para vocês também fazerem o vosso. -----

-----Sr. Luís Silva: Não sendo eu político, não me vou imiscuir em assuntos políticos, mas a rua onde nós moramos, é a confluência de duas linhas de água, sei que foi feita uma intervenção há cerca de dez anos, mais coisa, menos coisa, mas para os esgotos, as águas pluviais, continua tudo na mesma, eu, à minha porta passam metade dos esgotos das Fazendas de Almeirim, a profundidade não sei, o problema é a água das linhas de água. Há dezassete anos que não tinha água dentro do quintal, desta vez foram três vezes em pouco tempo. Nós já falámos com este Executivo, só resultou quando mandei um email diretamente para o Presidente da Câmara, a Câmara Municipal fez queixa à Eredes, como eu também fiz queixa à Eredes e atamancaram como de diz na minha terra, a situação, estive lá um subempreiteiro, chamou-se supostamente a Câmara, mas não vi lá os funcionários da Câmara, disseram que não era da responsabilidade deles, era da Câmara Municipal, o problema é que as manilhas que estão por baixo da estrada, estão partidas, qualquer dia com o peso a mais, ou água a mais, as manilhas iram-se partir. Viemos aqui, em termos hierárquicos, iremos também à Assembleia Municipal, também expor o caso e ver se nesta confluência de obras, se realmente é feita ali alguma coisa. Outra situação é a vala que está aberta, tinha um muro e o muro partiu-se, também vai ter que ser arranjado, não sei com que pedreiros, só havia três e agora um reformou-se, vai ser um bocadinho complicado. -----

-----Sr. Presidente da Junta: Em relação a este caso, já tivemos duas reuniões com o Luís e com o Paulo, na altura falei diretamente, para o Vereador Filipe Torres, ficou de passar. Ainda bem que vieram, está registado em Assembleia de

Freguesia, convido-vos também a aparecer, há uma reunião pública na Câmara, nós vamos fazer chegar o vosso protesto. -----

-----Sr. Nuno Corvina: Eu inscrevi-me, mas não tenho qualquer intervenção para ser feita, fiquei esclarecido ao longo da ordem de trabalhos. -----

-----Sr.^a Presidente da Assembleia: Não havendo então mais intervenções do público, dou então por encerrada esta sessão da Assembleia de Freguesia, muito obrigado por terem vindo e até à próxima. -----

-----E nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e vinte minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte seis, da qual se lavrou a presente ata que eu, Luís Carlos Caniço Ferreira Ervideira, Assistente Técnico da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, para o efeito designado, redigi. -----

O PRESIDENTE:

Sofia Bloco Ferreira

O 1º SECRETÁRIO:

Lúcia Isabel Baptista Vital

O 2º SECRETÁRIO:

António Botas Pereira

LAVROU:

Luís Carlos Caniço Ferreira Ervideira